

SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA - DEPARTAMENTO REGIONAL DO PARANÁ

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 dezembro de 2021

1. Contexto Operacional

O Serviço Social da Indústria (SESI), é uma entidade do direito privado, sem fins lucrativos, criada pela Confederação Nacional da Indústria, em 1º de julho de 1946, consoante ao Decreto-lei n.º 9.403, de 25 de junho do mesmo ano, tem por objetivo estudar, planejar e executar, direta ou indiretamente, medidas que contribuam para o bem estar social dos trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, concorrendo para a melhoria do padrão geral de vida no país, e, bem assim, para o aperfeiçoamento moral e cívico e o desenvolvimento do espírito da solidariedade entre as classes.

A Ação do SESI abrange: o trabalhador da indústria, das comunicações e da pesca e seus dependentes, os diversos meios-ambientes que condicionam a vida do trabalhador e de sua família.

Fonte: Regulamento do Serviço Social da Indústria SESI, atualizado pelo decreto n.º 6.637 de 5 de novembro de 2008 – Brasília 2009.

A entidade, nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei n.º 2.613 de 23/09/1955, na condição de prestadora de serviços sociais autônomos goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais.

A Contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de salários, de acordo com o Decreto n.º 4.524 de 17/12/2002 artigo 9º, inciso VI. Conforme incisos I e II, artigo 46 deste Decreto, as entidades relacionadas no artigo 9º, inseridos os serviços sociais autônomos, não contribuem para o PIS/PASEP sobre o faturamento e são isentas da COFINS.

O Balanço Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa, assim como a execução da Receita e Despesa será transcrito no Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, vinculado ao livro Diário nº 72.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Normas Contábeis aplicadas ao Setor Público (NBCT TSP), segundo as peculiaridades do Plano de Contas e Manual de Padronização Contábil do Sistema Indústria, em consonância com a Lei nº 4320/64, de 17 de março de 1964 e da Lei 11.638/07 de 28 de dezembro de 2007.

2.2 Principais Práticas Contábeis Adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão definidas a seguir:

a) Regime de Registros Contábeis e Moeda de Apresentação

As receitas e as despesas são contabilizadas pelo regime de competência, e as demonstrações contábeis estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Entidade.

b) Disponibilidades, títulos e valores mobiliários

As disponibilidades, títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo ou valor de realização, incluindo quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

c) Depósitos para Recursos Judiciais

Existem situações em que a entidade questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

d) Adiantamentos

Referem-se à adiantamentos de salários, férias, viagens e adiantamento à terceiros.

e) Estoques

Os estoques são formados por materiais e insumos destinados às atividades operacionais da entidade, e estão avaliados pelo método PEPS, sendo reconhecidos ao resultado mediante o consumo.

A entidade opera com uma Central de abastecimento (CA), que tem por objetivo buscar o ganho operacional em suas operações e nas negociações com fornecedores de materiais didáticos e de expediente, desta forma atendendo as demandas de suas unidades no Estado do Paraná, mantendo o estoque mínimo e rotativo.

f) Valores a apropriar

Referem-se à compra antecipada de vale refeição e alimentação para crédito tempestivos aos colaboradores, e posterior apropriação das despesas e dos créditos correspondentes.

g) Despesas antecipadas

Correspondem aos valores pagos pela contratação de seguros, licenças de softwares e outras despesas que são apropriadas nas contas de resultado mensalmente, observando o período de vigência do contrato em consonância com o regime de competência.

h) Gestão do Patrimônio e Depreciação

A Entidade, no que tange a aplicação dos procedimentos para o registro contábil da reavaliação, depreciação, amortização e exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, adota os princípios previstos nas NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, com base nas regras definidas na macro função SIAF nº 02.03.30 para o Setor Público, bem como atende as normas internas, atos resolutórios e regulamentos definidos pelo CPC-SI Comitê de Pronunciamentos

Contábeis - Sistema da Indústria. Os procedimentos relativos ao Ativo Patrimonial encontram-se integrados com o Sistema Contábil através de ERP e sua conciliação é realizada mensalmente.

A depreciação e amortização dos bens é realizada mensalmente e os valores correspondentes reconhecidos nas variações patrimoniais durante a vida útil econômica dos bens. Desde o ano de 2009 há uma constante prática de baixas de bens, evitando situações de obsolescência. Este procedimento contribui para que o ativo imobilizado reflita a situação real do patrimônio, sendo o saldo contábil e patrimonial ajustados periodicamente.

Os bens imóveis são registrados de acordo com o contrato de compra e venda e/ou documento de registro de imóveis; as construções, ampliações, reformas e melhorias são reconhecidas de acordo com o custo e a depreciação iniciada após a conclusão e informação da área de engenharia de obra finalizada e entregue. As benfeitorias em imóveis de terceiros são contabilizadas em conta contábil específica e sua amortização é realizada de acordo com o período de vigência do contrato de locação ou comodato. Os bens recebidos em doação obtidos a título gratuito, são registrados pelo valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico, ou valor patrimonial definido nos termos da doação; lei de doação específica; registro de imóveis ou documento devidamente assinado entre as partes pelos representantes legais. O ativo intangível é formado exclusivamente pelos softwares adquiridos, mensurados com base no valor de aquisição ou produção, deduzidos da respectiva amortização acumulada, calculada de forma linear, com prazo de vida útil de 5 (cinco) anos, considerando a obsolescência tecnológica desses ativos.

O ato resolutório 17/2010 de 27 de julho do Conselho Nacional do SESI estabelece que os bens móveis e imóveis devem ser depreciados da seguinte maneira: (i) Imóveis - Edificações 2% ao ano, (ii) Mobiliários, Máquinas e Equipamentos 10% ao ano e (iii) Veículos e Equipamentos de Informática 20% ao ano.

i) Avaliação da Recuperabilidade de Ativos Financeiros – Impairment

O objetivo do Teste de impairment é assegurar que os ativos não estejam registrados contabilmente por um valor superior ao seu valor recuperável. Quando as expectativas de retorno dos ativos patrimoniais de longa duração são diminuídas, substancialmente, em virtude de situações adversas, não devem permanecer evidenciados no Balanço Patrimonial da empresa pelo seu valor de custo de aquisição depreciado (amortizado), uma vez que seu valor não demonstra mais capacidade de geração do benefício esperado, quando de sua aquisição.

A perda de impairment acontece quando o valor contábil é superior ao valor recuperável de um ativo de longa duração, ou grupo de ativos. Caso a empresa possua sinais internos e externos de que seus ativos estão registrados na contabilidade com valor acima do praticado no mercado, ou se a expectativa do benefício futuro a ser gerado pelo bem está abaixo do previsto, ela deve realizar testes para demonstrar esta diferença. Desde o ano de 2016, o SESI vem realizando o teste de Impairment em seus ativos, alternando a cada ano o grupo em que o teste é realizado.

No último período não houveram mudanças significativas que possam alterar os valores dos ativos, desta forma, para efeitos de verificação optou neste momento por realizar o teste de Impairment nos grupos de Veículos, considerando todos os veículos com referência na tabela FIPE e de uma amostra dos bens de Máquinas e Equipamentos, devido ao grande volume de bens deste grupo. Este teste busca verificar se houve redução do valor de mercado acima do esperado para o uso da entidade e se as mudanças ocorridas no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal, para qual a entidade está inserida afetaram o valor destes ativos.

Como parâmetro para definição de valor de mercado, foi considerado para os itens do grupo máquinas e equipamentos, a média de cotação de três valores em sites de vendas para produtos iguais ou na sua impossibilidade de itens similares de outras marcas, ressaltamos que foram retirados da amostra bens importados cujo valor varia em função do dólar e bens fabricados sob demanda, como bancadas didáticas, bancos de ensaios e containers adaptados para salas de aula, pois tanto os bens importados quanto os bens fabricados sob demanda, não possuem similares com valores disponíveis para pesquisa no mercado para o comparativo, assim como os itens adquiridos no ano corrente de 2021, por se tratarem de itens novos.

Para os Veículos leves, Utilitários e Caminhões, foram incluídos na amostra todos os bens que possuem referência na Tabela Fipe. Veículos adaptados e customizados para serem utilizados como Unidades Móveis, não foram comparados por se tratar de bens para uso específico sem referência no mercado.

Considerando as análises efetuadas não apuramos situações em que os ativos necessitem de revisão e ajustes, bem como, não identificamos a necessidade de reconhecimento de perdas por impairment, uma vez que o total dos valores recuperáveis na totalidade das contas analisadas ou valores justos são superiores aos saldos contábeis.

j) Demais ativos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

k) Convênios e Acordos

Referem-se a direitos e obrigações relativos a convênios e acordos firmados com Entidades de direito público ou privado.

l) Sistema Indústria Conta Movimento

Referem-se as operações e conta corrente mantidas entre os Departamentos Regionais, Departamento Nacional, e demais entidades do Sistema FIEP.

m) Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial.

3. Ativo Circulante

3.1 Caixa e Equivalente de Caixa

A movimentação de recursos financeiros ocorreu da seguinte forma:

DESCRIÇÃO		VALOR – em R\$
2020	Saldo de Caixa e Bancos - Exercício Anterior	1.464.399,72
	Aplicações Financeiras – Exercício Anterior	69.106.425,04
	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	70.570.824,76
2021	Saldo de Caixa e Bancos – Exercício Atual	2.177.128,49
	Aplicações Financeiras – Exercício Atual	166.470.403,73
	SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL	168.647.532,22

O Índice de Liquidez Corrente (AC/PC) que representa a disponibilidade financeira no exercício para liquidação das obrigações em curto prazo alcançou 2,18 no final de 2021. Portanto para cada real de passivo circulante haverá R\$ 2,18 de disponibilidade.

O saldo das aplicações financeiras contempla o valor de R\$ 884.477,36 vinculados a execução de convênios.

3.2 Créditos a Receber

É composto por valores a receber oriundos de Arrecadação Compulsória Indireta, saldo de clientes, operações junto a Departamentos Regionais e Nacional do Sistema Indústria, adiantamento a empregados e outros, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Cientes a Receber	2021	2020
Cientes a Receber a Curto Prazo	75.664.195,54	64.842.195,61
(-) Provisão para Crédito e Liquidação Duvidosa	(4.621.476,29)	(5.148.924,53)
Total	71.042.719,25	59.693.271,08
Demais Créditos a Receber	2021	2020
Adiantamento a Empregados	2.607.514,96	2.693.117,39
Receita Compulsória Arrecadação Indireta	16.621.014,33	14.783.859,46
Sistema Indústria Conta Movimento	3.698.462,78	2.687.891,47
Outras Créditos a Receber	2.490.949,54	1.473.352,61
Total	25.417.941,61	21.638.220,93
Total Geral de Créditos a Receber	96.460.660,86	81.331.492,01

Para o exercício de 2021, observado ao disposto no CPC/SI – Receitas de Clientes e CPC/SI – Provisão de Devedores Duvidosos de Clientes, bem como o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetivou-se a baixa dos títulos vencidos a mais de 540 dias, totalizando o montante de R\$ 3.986.188,41.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é composta pelos títulos vencidos entre 181 a 539 dias considerando a data base 31/12/2021, no montante de R\$ 4.621.476,29, dessa forma, o saldo líquido contábil de clientes a receber a curto prazo, no final do exercício de 2021, foi de R\$ 71.042.719,25.

A rubrica contábil “Adiantamento a Empregados” encerrou o ano de 2021 com o saldo de R\$ 2.607.514,96 e 2020 com saldo de R\$ 2.693.117,39. Os valores em questão representam adiantamentos de férias e salários.

A rubrica contábil “Sistema Indústria Conta Movimento” representa os valores a receber oriundos de entidades vinculadas ao Sistema Indústria relativo aos rateios de despesas correspondentes as operações compartilhadas.

3.3 Despesas Antecipadas

Representam valores a serem apropriados ao resultado durante a vigência contratual dos serviços, sendo composta por:

Descrição	2021	2020
Licenças de Software	286.186,64	337.601,10
Seguros a apropriar	33.608,75	226.923,96
Garantia de Equipamentos	547.198,18	585.274,51
Total	866.993,57	1.149.799,57

A cobertura de seguros de bens móveis e imóveis está contemplada em apólice conjunta entre SESI PR e SENAI PR, na modalidade de LMI – Limite Máximo de Indenização, sendo o limite máximo de indenização, no montante de 70 milhões, podendo ser utilizado para qualquer um de seus imóveis.

Com base no histórico de utilização de seguros, e valores individuais de cada unidade, foi apurado que o valor atual do LMI - Limite Máximo de Indenização, atende as necessidades e riscos dos bens móveis e imóveis, desta forma são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados à garantia de valores e bens de propriedade do SENAI/PR.

4. Ativo Não Circulante

4.1 Realizável a Longo Prazo

Depósitos para Recursos Judiciais

Descrição	2021	2020
Depósitos Judiciais Trabalhistas	2.195.394,49	2.018.457,79
Depósitos Judiciais Tributários	4.413.006,24	4.413.006,24
Depósitos Judiciais INSS Patronal sobre Folha ¹	35.483.937,85	17.050.581,02
Depósitos Judiciais PIS sobre Folha ¹	1.719.994,10	790.028,52
Depósitos Judiciais RAT/SAT sobre Folha ¹	915.695,64	433.255,03
Total	44.728.028,32	24.705.328,60

Os depósitos judiciais trabalhistas são realizados de acordo com o andamento dos processos, considerando o acompanhamento e a solicitação da Gerência Executiva Jurídica, Riscos e Compliance do Sistema Fiep. As baixas dos valores ocorrem mediante o encerramento da ação.

Os valores dos Depósitos Judiciais Tributários, referem-se basicamente à processos previdenciários em fase de discussão judicial, porém por decisão estratégica vem-se efetivando os recolhimentos à título de depósitos judiciais, estando em equilíbrio com a provisão em Contingências Judiciais.

¹ Por decisão da Administração a partir de janeiro de 2020 a Entidade ingressou com ação judicial visando defender o seu direito de não recolher as contribuições para a seguridade social, em especial as Contribuições Previdenciárias Patronais previstas no artigo 22, incisos I, II e III da Lei nº 8.212/91, e da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS. Nesse sentido os valores devidos mensalmente passaram a ser depositados em juízo em contrapartida as obrigações

mensais constituídas. O Juízo da 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal concedeu liminar para suspender a exigibilidade do recolhimento aos tributos, porém por decisão da administração a Entidade vem efetivando os recolhimentos à título de depósitos judiciais.

4.2 Imobilizado

O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição ou construção deduzido da depreciação e amortização. A taxa da amortização na rubrica Benfeitorias em Imóveis de Terceiros é variável e está baseado na vigência dos contratos de locação ou comodatos firmados pela entidade.

A composição do imobilizado está demonstrada conforme quadro abaixo:

Imobilizado	Taxa Anual	2020			2019		
		Custo	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido
Imóveis							
Edificações	2%	240.871.561,48	60.011.083,89	180.860.477,59	245.967.379,98	57.121.185,04	188.846.194,94
Terrenos	0%	48.130.838,98	-	48.130.838,98	48.577.113,98	-	48.577.113,98
Construções em Andamento	0%	6.303.645,23	-	6.303.645,23	3.194.085,54	-	3.194.085,54
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		3.758.611,40	2.897.977,94	860.633,46	6.284.409,07	5.092.444,31	1.191.964,76
Móveis							
Mobiliário	10%	17.495.038,17	12.524.046,80	4.970.991,37	17.857.276,75	12.222.755,80	5.634.520,95
Discoteca, Fonoteca, Filмотeca, Pinacoteca	0%	254.300,00	-	254.300,00	254.300,00	-	254.300,00
Instrumentos Musicais	10%	29.164,80	20.021,48	9.143,32	29.164,80	17.706,44	11.458,36
Veículos	20%	22.860.323,28	15.556.774,67	7.303.548,61	22.860.323,28	11.768.582,74	11.091.740,54
Máquinas e Equipamentos	10%	12.355.863,71	6.071.629,65	6.284.234,06	10.548.991,63	5.295.383,37	5.253.608,26
Equipamentos Médicos, Cirúrgicos, Odont. e	10%	7.858.962,12	6.465.466,81	1.393.495,31	7.903.027,03	6.165.027,32	1.737.999,71
Equipamentos de Informática	20%	25.284.324,11	18.357.826,82	6.926.497,29	24.258.175,00	17.042.699,82	7.215.475,18
Equipamentos Esportivos, Artístico e de Recr	10%	722.582,25	575.022,65	147.559,60	764.657,82	579.136,57	185.521,25
Equipamentos de Comunicação	10%	2.149.896,35	1.238.300,47	911.595,88	2.162.887,46	1.036.497,47	1.126.389,99
Outros Bens Móveis	10%	121.456,75	62.750,64	58.706,11	122.992,77	53.416,38	69.576,39
Total		388.196.568,63	123.780.901,82	264.415.666,81	390.784.785,11	116.394.835,26	274.389.949,85

4.3 Intangível

O Intangível está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da amortização. A taxa da amortização é variável e está baseado no tempo de vigência da contratação dos softwares, e da expectativa de retorno econômico sobre os direitos autorais.

Os bens intangíveis se referem a Direitos Autorais com Produção de Vídeos, implantação de Software 2PS -Sistema de Planejamento de Produção, Software de Controle Integral de Gestão – CIG, Microsoft AX CRM, BPM, SGE, ERP Dynamics, Sistema de Backup de Dados, Sistema de Folha de Pagamento, Software Odontológico, App Nutri ação, Cuide-se+ álcool, Q+ saúde, Aprovações Integradas, Deep Freeze, APP-Consultor, Broker, Desenvolvimento de Base de Dados Power BI.

A composição do Intangível está constituída conforme quadro abaixo:

Intangível	2021			2020		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Produção de Cursos EAD	2.208.845,70	2.193.495,98	15.349,72	2.206.546,08	2.188.682,70	17.863,38
Softwares	32.670.499,97	22.267.315,74	10.403.184,23	31.694.868,70	17.731.055,20	13.963.813,50
Total	34.879.345,67	24.460.811,72	10.418.533,95	33.901.414,78	19.919.737,90	13.981.676,88

5. Passivo e Patrimônio Líquido

5.1 Passivo Circulante

a) Fornecedores

A rubrica corresponde a obrigações da entidade decorrentes de serviços contratados e materiais adquiridos até a data do balanço.

b) Provisões

As provisões de férias são calculadas considerando o número de avos de férias devidos aos colaboradores, acrescido de 1/3 mais encargos calculados sobre a remuneração. O valor demonstrado em outras provisões trata-se de valores designados à ABESSFI-Associação dos Funcionários, contribuições sindicais, pensão alimentícia, seguros e bolsa estágio a serem repassados no mês de janeiro do ano seguinte.

Descrição	2021	2020
Férias a Pagar	11.296.372,34	10.484.880,08
Outras provisões	120.265,02	120.808,75
Total	11.416.637,36	10.605.688,83

c) Convênios Arrecadação Direta

Refere-se ao repasse de 25% ao Serviço Social da Indústria – Departamento Nacional, oriundo dos recursos recebidos pelas Contribuições Compulsórias Diretas.

d) Convênios e Acordos

Refere-se ao recebimento de recursos para a execução de projetos, convênios e acordos. Os valores permanecem em aplicações financeiras conforme estabelecido no convênio, e o resgate ocorre de acordo com os dispêndios para a execução das ações correspondentes.

Descrição	2021	2020
Projetos com Departamento Nacional	932.406,16	586.930,54
Convênio Ministério da Cultura	363.572,35	136.914,25
Convênio Ministério do Esporte	401.351,62	390.522,48
Convênio Petrobras	120.412,17	515.646,11
Total	1.817.742,30	1.630.013,38

e) Restos a pagar

O conceito de restos a pagar adotado pela Entidade baseia-se na Lei 4.320/64, que institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Representam as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício corrente distinguindo-se as processadas das não processadas. O Saldo de restos a pagar da Entidade

refere-se à restos a pagar não-processados. Nesse caso, o credor ainda não realizou o serviço ou entregou o material.

Para o exercício de 2021, os valores de restos a pagar foram contabilizados em contrapartida de Despesas de Capital, no montante de R\$ 11.602.745,91.

f) Demais Obrigações a Curto Prazo

A composição das outras obrigações a curto prazo está constituída conforme quadro abaixo:

Descrição	2021	2020
Cartão SESI	-	1.696,19
Receitas a apropriar no exercício	64.813.149,77	50.288.589,11
Total	64.813.149,77	50.290.285,30

O valor da rubrica receitas a apropriar no exercício corresponde a obrigação de serviços a prestar, considerando compromissos assumidos com clientes. A contrapartida da respectiva conta é a rubrica clientes a receber quando da assinatura do contrato de prestação de serviços. A liquidação dos valores na rubrica receitas a apropriar se dá pela execução do serviço e seu respectivo faturamento.

5.2 Passivo Não Circulante

a) Demais Obrigações a Longo Prazo

É composto por provisões referente a Contingências Trabalhistas e Tributárias, conforme quadro abaixo:

Descrição	2021	2020
Contingência Judicial RAT e Terceiros Folha ¹	3.663.025,21	3.663.025,21
Contingências Trabalhistas	4.702.076,52	5.935.942,01
Contingências Judiciais Tributárias	1.467.388,38	1.302.232,68
Provisão Judicial INSS Patronal sobre Folha ²	37.066.555,40	18.805.204,32
Provisão Judicial PIS sobre Folha ²	1.868.802,03	948.997,04
Provisão Judicial SAT/RAT sobre Folha ²	957.127,31	478.065,09
Total	49.724.974,85	31.133.466,35

¹ A Contingência Judicial RAT e Terceiros Folha corresponde as competências de março de 2010 até janeiro de 2014, em que a Entidade discute judicialmente as alíquotas atribuídas ao RAT e as incidências de Salário Educação e INCRA sobre a folha de pagamento e para os quais possui depósito judicial integral.

O valor provisionado para as Contingências Trabalhistas contempla as ações julgadas pela procuradoria jurídica como perda provável, considerando a particularidade e o status das ações. O valor das ações classificadas com condição de perda provável é de R\$ 4.702.076,52; possível R\$ 2.350.000,00 e remota R\$ 145.000,00, sendo que, para estas duas últimas, aplica-se apenas a sua divulgação. O reconhecimento contábil das ações com o status de perda provável está em

consonância com o Pronunciamento Contábil CPC 25 e CPC/SI Pronunciamento do Sistema Indústria Contingências Judiciais.

Por decisão da Administração a partir de janeiro de 2020 a Entidade ingressou com ação judicial visando defender o seu direito de não recolher as contribuições para a seguridade social, em especial as Contribuições Previdenciárias Patronais previstas no artigo 22, incisos I, II e III da Lei nº 8.212/91, e da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS. Nesse sentido os valores devidos mensalmente passaram a ser depositados em juízo em contrapartida as obrigações mensais constituídas. O Juízo da 16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal concedeu liminar para suspender a exigibilidade do recolhimento aos tributos, porém por decisão da administração a Entidade vem efetivando os recolhimentos à título de depósitos judiciais.

5.3 Patrimônio Líquido

O Superávit Patrimonial do Exercício no valor de R\$ 71.164.291,83 foi obtido conforme quadro abaixo:

PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		
DESCRIÇÃO	VALOR – em R\$	
Patrimônio Social Acumulado do Exercício de 2020 (A)	344.277.596,82	
ACRÉSCIMO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 2021		
Receitas		
Receitas Correntes	374.684.020,25	
Receitas de Capital	11.404.388,79	
Variações Patrimoniais e Financeiras		
Resultantes da Execução Orçamentária	9.378.356,37	
Independentes da Execução Orçamentária	6.935.881,38	
Variações Financeiras	1.295.632,04	
Total (B)	403.698.278,83	
DIMINUIÇÃO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 2021		
Despesas		
Despesas Correntes	283.620.001,74	
Despesas de Capital	17.623.484,13	
Variações Patrimoniais e Financeiras		
Independentes da Execução Orçamentária	29.851.663,72	
Variações Financeiras	1.438.837,41	
Total (C)	332.533.987,00	
Superavit Patrimonial do Exercício de 2021 (D)	D=(B)-(C)	71.164.291,83
PATRIMÔNIO SOCIAL FINAL EM 2021	= (A)+(D)	415.441.888,65

O Patrimônio Social em 31 de dezembro de 2021, está assim distribuído:

DESCRIÇÃO	2021 VALOR – em R\$	2020 VALOR – em R\$
Saldo Financeiro Livre	144.840.876,18	62.112.269,49
Realizável a Longo Prazo	45.491.786,56	24.927.166,95
Imobilizado	264.415.666,81	274.389.949,85
Intangível	10.418.533,95	13.981.676,88
Exigível a Longo Prazo	(49.724.974,85)	(31.133.466,35)
PATRIMÔNIO SOCIAL	415.441.888,65	344.277.596,82

O Saldo Financeiro Livre no valor de R\$ 144.840.876,18 foi obtido conforme demonstrativo abaixo:

DESCRIÇÃO	VALOR – em R\$	VALOR – em R\$
(a) Ativo Circulante	267.248.067,74	154.327.628,57
(b) Passivo Circulante	122.407.191,56	92.215.359,08
SALDO FINANCEIRO LIVRE = (a)-(b)	144.840.876,18	62.112.269,49

6. Orçamento Executado

O orçamento inicial do exercício de 2021, no valor de R\$ 357.295.720,25 (trezentos e cinquenta e sete, duzentos e noventa e cinco mil reais e vinte e cinco centavos), foi aprovado pela Resolução nº. 010/2020 de 24 de setembro de 2020, do Conselho Regional do SESI do Paraná;

Através da Resolução nº. 0112021 de 27 de maio de 2021, do Conselho Regional do SESI do Paraná, foi aprovada a retificação orçamentária para o valor de R\$ 359.936.000,00 (Trezentos e cinquenta e nove milhões, novecentos e trinta e seis mil reais), registrando um acréscimo de 0,74% sobre o orçamento inicial.

O resultado orçamentário obtido está demonstrado no quadro abaixo:

DESCRIÇÃO	2021	2020
Receita Orçada	359.936.000,00	341.705.740,00
Receita Arrecadada	386.088.409,04	335.354.957,65
Arrecadada a maior/menor	(26.152.409,04)	6.350.782,35
Despesa Autorizada	359.936.000,00	341.705.740,00
Despesa Realizada	301.243.485,87	291.234.098,34
Realizada a Menor	58.692.514,13	50.471.641,66
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO	84.844.923,17	44.120.859,31

A execução orçamentária apresentou a seguinte composição:

Receitas

As receitas correntes no montante de R\$ 374.684.020,25 representaram 97,05% das receitas totais, enquanto as receitas de capital no total de R\$ 11.404.388,70 representam 2,95% do total das receitas.

DESCRIÇÃO	2021	2020	Variação %
Receita de Contribuições	247.005.140,54	201.406.025,93	22,6%
Receitas Patrimoniais	5.438.251,03	1.342.630,97	305,0%
Receitas de Serviços	111.767.309,90	110.130.410,69	1,5%
Outras Receitas Correntes	2.408.408,94	1.664.666,42	44,7%
Convênios	1.636.690,11	1.276.957,99	28,2%
Apoios Financeiros	6.428.219,73	19.534.265,65	-67,1%
Total Receitas Correntes	374.684.020,25	335.354.957,65	12%
Alienação de Bens	11.404.388,79	-	100%
Total Receitas de Capital	11.404.388,79	-	100%
TOTAL GERAL DA RECEITA	386.088.409,04	335.354.957,65	15,1%

Despesas

As despesas correntes no montante de R\$ 283.620.001,74 representam 94,15% das despesas totais, enquanto as despesas de capital no total de R\$ 17.623.484,13 representam 5,85% do total das despesas.

DESCRIÇÃO	2021	2020	Varição %
Pessoal e Encargos Sociais	149.323.950,04	152.954.169,49	98%
Ocupação e Utilidades	5.646.886,86	6.028.183,47	94%
Materiais	13.979.821,78	10.906.137,01	128%
Transporte e Viagens	901.421,55	1.109.041,79	81%
Material de Distribuição Gratuita	322.445,70	84.126,67	383%
Serviços de Terceiros	78.474.484,70	70.088.335,16	112%
Despesas Financeiras	3.113.144,50	3.719.510,25	84%
Impostos, Taxas e Contribuições	378.462,60	377.764,96	100%
Despesas Diversas	6.933.033,90	6.761.170,72	103%
Contribuições Regulamentares	20.750.092,33	16.985.081,41	122%
Convênios	3.796.257,78	8.782.995,64	43%
Auxílios a Terceiros	-	180,00	0%
Total Despesas Correntes	283.620.001,74	277.796.696,57	102%
Investimentos	17.615.269,88	13.431.135,40	131%
Inversões Financeiras	8.214,25	6.266,37	131%
Despesas de Capital	17.623.484,13	13.437.401,77	131%
TOTAL GERAL DA DESPESA	301.243.485,87	291.234.098,34	3,4%

7. Gratuidade

Em atendimento aos artigos 6º e 69 do regulamento do SESI, o Departamento Regional do Paraná destinou no ano de 2021 para ações de educação R\$ 87.400.989,40, correspondendo a **45,50%** da receita líquida de contribuição, e para gratuidade R\$ 47.714.039,15 o que corresponde a **23,20%** da receita líquida de contribuição.

Demonstrativo de Cumprimento da Aplicação da Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC) em Educação Básica e Continuada e em Gratuidade.

	Realizado até Dezembro
RECEITAS	
Receita Bruta de Contribuição Compulsória (RBCC)	247.005.140,54
Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC) ¹	205.631.779,50
Compromisso de Aplicação de Recursos em Educação Básica e Continuada ²	68.537.072,11
Compromisso de Aplicação de Recursos em Gratuidade ³	34.278.817,64
DESPESAS	
<i>em Educação Básica e Continuada⁴</i>	87.400.989,40
<i>em Gratuidade Regulamentar</i>	47.714.039,15
HORA-ALUNO⁵	
<i>Hora-aluno Total</i>	15.917.329
<i>Hora-aluno em Gratuidade Regulamentar</i>	5.466.711
Resultado do Cumprimento da Aplicação da RLCC em Educação Básica e Continuada⁶	18.863.917,29
% da Receita Líquida de Contribuição Destinado à Educação Básica e Continuada	42,50%
Resultado do Cumprimento da Aplicação de Recursos em Gratuidade Regulamentar⁷	13.435.221,51
% da Receita Líquida de Contribuição Destinado à Gratuidade Regulamentar	23,20%

Fonte: Gerência de Planejamento, Orçamento e Monitoramento - GPOM

1.Receita Líquida de Contribuição Compulsória: Corresponde a 83,25% da Receita Bruta de Contribuição Compulsória Geral, em conformidade com o Art. 69 do Regulamento do SESI, atualizado pelo Decreto Lei nº 6.637, de 5 de novembro de 2008.

2.Compromisso da RLCC em Educação: Corresponde à 33,33% da Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC).

3.Compromisso da RLCC em Gratuidade: Corresponde à meta de 16,67% da Receita Líquida de Contribuição Compulsória (RLCC).

4. Despesa em Educação Básica e Continuada: Corresponde a despesa total em educação básica e continuada, deduzidas as receitas de serviços e demais receitas em educação básica e continuada, conforme Resolução SESI-CN nº 040/2018.

5.Hora-Aluno: Considera a soma das horas destinadas ao desenvolvimento dos alunos matriculados em cursos de educação básica e continuada, dentro de um determinado período, nas unidades operacionais.

6.Resultado do Cumprimento da RLCC em Educação: Corresponde ao resultado (positivo ou negativo), de aplicação da receita líquida de contribuição compulsória para a gratuidade, em relação ao compromisso de 33,33%.

7.Resultado do Cumprimento da RLCC em Gratuidade: Corresponde ao resultado (positivo ou negativo), da aplicação de recursos da receita líquida de contribuição compulsória destinada para a gratuidade, em relação à meta regulamentar.

Cálculos realizados de acordo com a metodologia de aplicação do compulsório em educação e em gratuidade no SESI conforme divulgação do SESI Nacional.

8. Considerações acerca da Pandemia COVID-19

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) emitiu o primeiro alerta de uma nova doença, depois que autoridades chinesas notificaram casos de uma pneumonia com diferentes características das já então conhecidas. No dia 9 de janeiro, foi anunciado pela OMS que os casos de pneumonia estariam ocorrendo devido a um novo Coronavírus, tipo semelhante ao da Síndrome Respiratória Aguda Grave (Sars). No Brasil, a pandemia foi reconhecida no final de fevereiro de 2020, com a confirmação de um caso no estado de São Paulo, porém a disseminação da doença se alastrou para todos os estados.

Em março de 2020, uma pandemia global foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) decorrente das doenças relacionadas ao novo coronavírus (Covid-19), tendo o Congresso Nacional reconhecido a ocorrência de estado de calamidade pública em 20 de março, editando do Decreto Legislativo nº 06.

Com isso, uma das primeiras iniciativas adotadas foi a redefinição das estratégias para o período, resultando na criação do Tripé Estratégico que envidou esforços nas frentes de Portfólio, Estruturas e Pessoal, de modo a direcionar a atuação da organização para garantir a qualidade dos serviços e adequação do portfólio a nova realidade, além de continuamente avaliar a capacidade das estruturas e do corpo técnico frente as novas necessidades e demandas para manutenção da saúde financeira.

Em 2021 foi observado um movimento de recuperação da atividade econômica mundial, contudo, alguns impactos da crise desencadeada pela pandemia, como a desorganização das cadeias produtivas, o forte aumento de custos industriais e a alta da inflação, ainda persistem e devem continuar a condicionar a evolução da atividade econômica na maioria dos países durante algum tempo. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) projeta crescimento de 5,7% do PIB mundial em 2021 e 4,5% em 2022” (IPEA, Carta de Conjuntura,

2021). Na mesma direção dos avanços dos processos de imunização contra a Covid-19 no mundo, as projeções de crescimento econômico têm apontado para um crescimento do PIB em 2022, porém essas projeções estimam um ritmo de crescimento menor que o ano anterior.

Com fatores externos, tivemos o impacto da continuidade da pandemia e das medidas de isolamento social ao longo do primeiro semestre de 2021 e novos entrantes no mercado com a oferta de serviços nas mesmas categorias ofertadas pelo SESI Paraná. Além destes aspectos, internamente, em resposta aos reflexos da pandemia iniciada em 2021, continuou-se as atividades com base no Tripé Estratégico, com frentes de trabalho nos temas Portfólio, Estruturas e Pessoal, realizando as seguintes ações: a) Portfólio: durante o exercício de 2021 atuamos com a revisão do portfólio dos serviços ofertadas tendo como direcionador as necessidades das indústrias paranaenses. Foram promovidas rodadas de desenvolvimento de novos serviços em parceria com a indústria. Além deste aspecto, promovemos ações de reforço aos alunos, visando minimizar as defasagens causadas pela pandemia da covid-19. b) Estruturas: foi mantido o trabalho de reestruturação interna das instalações e áreas, visando uma maior produtividade e integração das unidades operacionais de negócios. Além disso, os recursos tecnológicos foram potencializados para servir tanto como ferramentas para o regime de teletrabalho quanto para a oferta dos serviços e soluções ofertadas pelas entidades. c) Pessoas: no ano de 2021, e com avanço das vacinas em toda a população, o Sistema Fiep institui o Protocolo de Retorno as Atividades Presenciais com Segurança. A partir do treinamento obrigatório realizado pela Universidade Corporativa, as Unidades do estado voltaram a receber público em atividades presenciais dentro dos protocolos de prevenção a covid-19. Ao longo de 2021, ainda com cenário de incertezas em relação ao retorno das atividades presenciais, foram envidados esforços com foco no cuidado com a sustentabilidade e continuidade das atividades do SESI no Paraná, bem como cuidado com a segurança e saúde dos colaboradores e públicos de relacionamento.

Os esforços para contornar a crise econômica apresentaram reflexo nos resultados alcançados pelo SESI no Paraná. As receitas tiveram um resultado positivo, uma vez que o aquecimento da indústria trouxe uma arrecadação do compulsório acima do previsto e da prestação de serviços dentro dos patamares planejados. As despesas, por consequência da necessidade de um novo modelo de operação para continuidade do atendimento dos serviços, oportunizaram uma redução nos gastos operacionais vinculados a infraestrutura, encerrando o exercício com realização abaixo do previsto.

Curitiba, 31 de janeiro de 2022.

Rogério Fagundes de Almeida
Contador
CRC/PR 050003/O-6

Carlos Valter Martins Pedro
Diretor Regional
SESI-PR

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Sistema Fiep. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1382-CE09-F7F1-430F> ou vá até o site <https://sistemafiep.portaldeassinaturas.com.br> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1382-CE09-F7F1-430F



Hash do Documento

CCDBAE13B61A9BF9560A63D6C46C97BC056912E76A9A206B128CFA8D97E760B5

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 21/02/2022 é(são) :

- Carlos Valter Martins Pedro - 252.802.799-00 em 21/02/2022
10:46 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- Rogerio Fagundes De Almeida - 029.162.989-08 em 16/02/2022
17:48 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital

